

# PROCESSAMENTO EM VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

---

Competência técnica: Processamento

Conhecimentos relacionados: Processamento em Vara de Órfãos e Sucessões

## Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício de suas funções.

## Objetivos Específicos

- Processar inventários e arrolamentos, inclusive elaborar relatório/certidão para sentença;
- conhecer os diferentes tipos de testamentos;
- saber realizar os andamentos processuais pertinentes nos casos de tutelas, interdições, declarações de ausência, sucessões provisórias e definitivas, heranças jacentes, sub-rogações e extinções de gravames;
- processar cartas precatórias e requerimentos de alvarás.

## Metodologia e Recursos

- Aulas expositivas, uso de apostila, materiais de leitura, aulas práticas, *Powerpoint*, *Microsoft Teams* e plataforma *Moodle*

## Conteúdo Programático

- Breve visão geral dos diversos tipos de feito da competência orfanológica;
- disposições comuns ao inventário e ao arrolamento e principais diferenças entre um rito e outro;
- inventário;
- arrolamento;
- atos e procedimentos que podem advir do processamento do inventário (Apuração de Haveres, Prestação de Contas, Habilitação de Crédito e Remoção de Inventariante);
- testamento;
- testamento público;
- testamento cerrado;
- testamento particular.
- requerimento de alvará (Lei 6878/80 e demais tipos);
- interdições:
  - Processo Judicial de Tomada de Decisão Apoiada
  - tutelas;
- declaração de ausência;
- sucessão provisória;
- sucessão definitiva;
- herança jacente;

- cartas precatórias;
- ações ordinárias.

## **Avaliação**

Verificação de aprendizagem via Moodle aplicada no final do curso.

## **Bibliografia**

### **Federal:**

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Divórcio; Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm). Acesso em: 29/03/2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Registros Públicos; Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6015original.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6015original.htm). Acesso em: 29/03/2018.

BRASIL. Lei nº 6.858 de 24 de novembro de 1980. Regula créditos deixados de receber em vida pelos empregados dos empregadores; Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6858.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6858.htm). Acesso em: 29/03/2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 85.845 de 26 de março de 1981. Regulamenta a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.; Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d85845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d85845.htm). Acesso em: 26/09/2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 377. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumenta=4022>. Acesso em: 29/03/2018.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/l10406.htm) Acesso em: 29/03/2018.

BRASIL. Novo Código de Processo Civil. Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 29/03/2018.

### **Estadual:**

RIO DE JANEIRO (Estado). LODJ- Código de Divisão Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. LEI Nº 6956 DE 13 DE JANEIRO DE 2015 Disponível em: <http://conhecimento.tjrj.jus.br/documents/10136/18186/lei-lodj.pdf/48bee7ad-30ca-4c35-9af6-8e8a3ff468dc?version=1.2>. Acesso em: 26/09/2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Código Tributário Estadual. Decreto – Lei nº 05 de 15 de Março de 1975. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/c8ea52144c8b5c950325654c006>

**IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.**

12d63/3997a1158a18789d03256aee00647cd6?OpenDocument . Acesso em: 29/03/2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Consolidação Normativa. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/consultas/legislacao/consolidacao-normativa>.

Acesso em: 29/03/2018.

RIO DE JANEIRO. (Estado) Decreto - Lei nº 1427 de 23 de fevereiro de 1989 ITD; Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/91523/lei-1427-89> . Acesso em: 29/03/2014.

RIO DE JANEIRO. (Estado) Decreto - Lei nº 1876 de 15 de julho de 1981 ITD; Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-1876-15-julho-1981-374526-publicacaooriginal-1-pe.html> .

RIO DE JANEIRO. (Estado) Decreto - Lei nº 3.350 de 29 de dezembro de 1999 - Regimento de Custas; Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90595/lei-3350-99>

RIO DE JANEIRO. (Estado) Decreto - Lei nº 7.174 de 28 de dezembro de 2015 ITD; Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/38c6d405dd5c89fd83257f1f006deb65?OpenDocument>.

RIO DE JANEIRO. (Estado) Decreto - Lei nº 7.786 de 16 de novembro de 2017 - altera a Lei 7.174/2015; Disponível em <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/522552022/lei-7786-17-rio-de-janeiro-rj> .

Ética Código de e Conduta destinado à 1ª instância.

[http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/7972598/codigo\\_de\\_etica.pdf](http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/7972598/codigo_de_etica.pdf)

RIO DE JANEIRO. (Estado) Jurisprudências do Egrégio TJRJ.

### **Carga Horária**

**12 horas.**

Atualização:19/10/2021	Revisão: 00
------------------------	-------------